

⇒ **PARECERES PROFERIDOS NAS COMISSÕES TÉCNICAS:**

Defesa do Consumidor

APROVADO na Comissão de Ciência e Tecnologia o parecer do relator, deputado Renan Ferreirinha, ao Projeto de Lei nº 152/2019, de autoria do deputado Márcio Canella, que “Assegura ao consumidor a contratação de internet de banda larga fixa sem limites de dados ou imposição de franquia pelas operadoras”, **favorável com emendas.**

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator deputado Carlos Minc, ao Projeto de Lei nº 3550/2017, de autoria da deputada Zeidan Lula, que “Dispõe sobre limitações na atuação dos serviços de telemarketing e dá outras providências”, **pela prejudicabilidade**

Trabalhista:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 3888/2018, de autoria da deputada Enfermeira Rejane, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da equipe de enfermagem, nas clínicas, farmácias, drogarias e demais estabelecimentos que prestem serviços de vacinação, no âmbito do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências”, **pela inconstitucionalidade.**

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao Projeto de Lei nº 2567/2017, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Acrescenta a Alinea G do inciso I do art 4 da Lei nº 5.240, de 14 de maio de 2008, que instituiu o Conselho Estadual de Trabalho, Emprego e Geração de Renda no Estado do Rio de Janeiro, para incluir a Central dos Sindicatos Brasileiros - Csb no rol de representantes dos trabalhadores”, **pela injuridicidade**

Educação:

APROVADO na Comissão de Educação o parecer do relator, deputado Renan Ferreirinha, ao Projeto de Lei nº 3801/2018, de autoria do deputado Carlos Macedo, que “Institui o programa da “Importância da luz solar no tratamento da miopia” nas escolas públicas e privadas do estado do Rio de Janeiro”, **favorável, com emendas.**

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Max Lemos, ao **Projeto de Lei nº 328/2019**, que “Dispõe sobre a prevenção de acidentes e o combate a incêndios nas escolas estaduais, municipais e particulares de ensino no estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade com emenda.**

APROVADO na Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle o parecer do relator, deputado Rodrigo Bacellar, ao **Projeto de Lei n.º 597/2015**, que “Institui o sistema estadual de bibliotecas escolares do estado do Rio de Janeiro (SEBE - RJ)”, favorável, com a emenda da CCJ.

APROVADO na Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle, o parecer favorável do relator, deputado Rodrigo Bacellar, ao **Projeto de Lei nº 1527/2016**, de autoria da deputada Zeidan Lula, que “Cria o programa bolsa idioma em parceria com escolas de ensino de línguas estrangeiras estabelecidas no estado, disponibilizando vagas a alunos de baixa renda, e dá outros provimentos.”

Segurança Pública

APROVADO na Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle, o parecer favorável do relator, deputado Márcio Canella, ao **Projeto de Lei nº 2968/2017**, de autoria do deputado Átila Nunes, que “Dispõe sobre a autorização de uso de veículos apreendidos e não identificados pelas forças de segurança pública do estado do Rio de Janeiro”.

Saúde:

APROVADO na Comissão de Orçamento Finanças Fiscalização Financeira e Controle, o parecer do relator, deputado Márcio Canella, ao **Projeto de Lei nº 3482/2017**, de autoria da deputada Martha Rocha, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade da informação da tipagem sanguínea e do fator RH na emissão do documento de identificação de recém-nascidos a ser expedido por hospitais e maternidades no estado do Rio de Janeiro”.

Indústria da Construção Civil:

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Jorge Felipe Neto, ao **Projeto de Lei Nº 4193/2018**, de autoria da deputada Zeidan Lula, que “Cria a política de incentivo à bioconstrução no estado do Rio de Janeiro”, **pela constitucionalidade.**

Indústria Farmacêutica

APROVADO na Comissão de Educação o parecer contrário do relator, Waldeck Carneiro, à emenda de plenário ao Projeto de Lei nº 1910/2016, de autoria do deputado Flávio Serafini, que “Modifica os artigos 1º, caput, 2º, caput, 4º e 5º e acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º ao artigo 1º, enumerando-se o parágrafo único para § 1º, o § 2º ao artigo 2º, renumerando-se o parágrafo único para § 1º, à lei nº 2.838, de 25 de novembro de 1997, que dispõe sobre a criação dos conselhos escolares, em cumprimento ao disposto na alínea “C” do inciso vi do artigo 307 da constituição do estado do Rio de Janeiro.”

Interesse Geral

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Max Lemos, ao Projeto de Lei nº 2883/2017, deputado Dionísio Lins, que “Dispõe no âmbito do estado do Rio de Janeiro sobre a autorização e divulgação em veículos de transporte de passageiros de acordo com a Lei 6.504/13 da aceitação de cartões de débito e crédito e dá outras providências”, **pela constitucionalidade**.

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Dr. Serginho, ao Projeto de Lei nº 170/2019, de autoria do deputado Rosenverg Reis, que “Acrescenta ao rol de produtos da cesta básica o botijão de gás GLP, para uso doméstico, destinado às pessoas inscritas no programa bolsa família”, **pela anexação ao PL 4154/18**.

APROVADO na Comissão de Constituição E Justiça o parecer do relator, deputado Rodrigo Bacellar, ao Projeto de Lei nº 2719/2014, de autoria dos deputados Gilberto Palmares e Luiz Paulo, que “Dispõe sobre a alteração da lei nº 2.877, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA”, **pela ilegalidade**.

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Dr. Serginho ao Projeto de Lei nº 3697/2017, de autoria do deputado Flavio Serafini, que “Dispõe sobre o registro das informações do perfil das pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais localizados no estado do rio de janeiro e dá outras providências”, **pela constitucionalidade**.

APROVADO na Comissão de Ciência e Tecnologia o parecer favorável do relator, deputado Alexandre Knoploch, ao Projeto de Lei nº 96/2019, de autoria do deputado Renato Cozzolino, que “Dispõe sobre a contratação e a desistência de contratos consumeristas, via “compras on line”, realizadas inclusive por meio de cartões de crédito na rede mundial de computadores no estado do Rio de Janeiro”.

APROVADO na Comissão de Constituição e Justiça o parecer do relator, deputado Luiz Paulo, às emendas de plenário ao projeto de lei nº 128/2011, de autoria do ex-deputado Nilton Salomão, que “Faculta o pagamento parcelado da fatura de consumo de energia elétrica e dá outras providências”, **contrário à emenda nº 01 e favorável à emenda nº 02.**

OFÍCIO CCJ Nº 070/2019 - DEFERIDO

A Presidência da Comissão de Constituição e Justiça declarou o Projeto de Lei nº 3435/2017, de autoria dos Deputados Bebeto, Dr. Julianelli e Zito, que “doutrina o horário para que as empresas façam contato telefônico com os seus clientes”, comunicando que, de acordo com o Artigo 142, Inciso I, do Regimento Interno, **PREJUDICADO** conforme Parecer do Deputado Jorge Felipe Neto, de 30 de junho de 2014, que dispõe sobre a mesma matéria.

⇒ PROJETO DE LEI APRECIADO PELO PLENÁRIO:

Sessão Plenária:
Dia: 25/06/19 - extraordinária

Regime de urgência/ Discussão Única

ADIADA a votação do Projeto de Lei nº 370/2019, de autoria do deputado André Ceciliano, que “Dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários por pessoas jurídicas em recuperação judicial e dá outras providências”, por fim do termino da sessão.

Sessão Plenária:
Dia: 26/06/19 - extraordinária

ANALISE DE VETOS:

Confira abaixo alguns vetos foram **derrubados** com o apoio de 57 parlamentares e duas abstenções:

- Veto total ao projeto de lei 9/19, de autoria do deputado Rosenverg Reis (MDB), que torna obrigatória a disponibilização de ar condicionado nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), hospitais públicos e privados no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;
- Veto total aposto ao projeto de lei nº 03/19, de autoria dos deputados Luiz Paulo (PSDB), Fábio Silva (DEM) e Subtenente Bernardo (PROS), que revoga dispositivos da Lei 8.269/18 concedendo aos motoristas sete dias úteis para sanarem irregularidades nos seus veículos quando forem parados por Blitzes;

- Veto total aposto ao projeto de lei nº 2.648/17, de autoria da deputada Martha Rocha (PDT), que dispõe sobre a vedação da desigualdade salarial, por motivo de sexo ou raça, nas empresas fornecedoras de produtos ou prestadoras de serviço ao Estado do Rio de Janeiro, estabelece mecanismos de fiscalização e dá outras providências;

- Veto total aposto ao projeto de lei nº 217/11, de autoria do deputado Samuel Malafaia (DEM), que obriga os postos de combustíveis a possuírem dispositivo para captação de águas da chuva e dá outras providências;

- Veto total aposto ao projeto de lei nº 3.212/17, de autoria dos deputados Gilberto Palmares (PT), Luiz Paulo (PSDB) e Carlos Macedo (PRP), que altera a Lei 6.642/13, que obriga os estacionamentos destinados a guardar veículos a fiscalizarem a reserva de vagas monitoradas nos estabelecimentos privados, para as pessoas com deficiência, com dificuldade de locomoção e idosos, na forma que menciona;

- Veto total aposto ao projeto de lei nº 117/19, de autoria da deputada Lucinha (PSDB), que determina a colocação de compartimento auxiliar de bagagem nos modais de transporte ferroviário no Estado do Rio de Janeiro;

- Veto total aposto ao projeto de lei nº 2.178/13, de autoria dos ex-deputados Chiquinho da Mangueira e Alexandre Corrêa, que declara o Município do Rio de Janeiro a "capital do culturismo", no Estado do Rio de Janeiro;

Sessão Plenária:
Dia: 27/06/19 - ordinária

DISCUSSÃO ÚNICA

APROVADO o **Requerimento 75/2019**, de autoria da Comissão Parlamentar De Inquérito instituída pela **Resolução 04/2019**, que solicita prorrogação do prazo de funcionamento da comissão parlamentar de inquérito para investigar irregularidades na prestação de serviço das concessionárias de energia elétrica Enel e Light - Serviços de Eletricidade S/A.

DISCUSSÃO ÚNICA REGIME DE URGÊNCIA

APROVADO o **substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça** ao **Projeto de Lei 453/2019**, de autoria do deputado Márcio Gualberto, que "Altera a ementa e os artigos 1º, 2º e 3º da lei 7.784/2017 e dá outras providências". (refere-se à proibição da linha chilena). O texto aprovado vai a autógrafo.

1ª DISCUSSÃO,

APRECIADO o Projeto de Lei 634/2019, de autoria do deputado Alexandre Knoploch, que “Cria o programa estadual de consumo entre empresas no estado do Rio de Janeiro no âmbito da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências”. As Comissões Técnicas emitiram seus, respectivos, pareceres oralmente. Aprovado o parecer Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade com emendas¹. As Comissões de Economia, Fiscalização e de Orçamento votaram com o parecer da CCJ. O PL recebeu 15 emendas e retorna às Comissões.

2ª DISCUSSÃO - REDAÇÃO DO VENCIDO

APRECIADO o Projeto de Lei 810-A/2015, de autoria dos deputados Jair Bittencourt e Chiquinho da Mangueira, que “Torna obrigatória no âmbito do estado do Rio de Janeiro em competições e eventos teste da modalidade de atletismo em vias abertas, complexos esportivos, percursos de grama, chão, montanha e outros por parte de empresas, pessoas físicas, associações ou instituições públicas a autorização por parte da federação de atletismo do estado do Rio de Janeiro para a realização da prova. A proposta recebeu 8 emendas e retorna às comissões.

¹ “*Emenda Modificativa nº 1. Modifica-se a ementa do Projeto de Lei 634/2019, que passa a ter a seguinte redação: Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Estadual de Consumo entre empresas do Estado do Rio de Janeiro do âmbito na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico e dá outras providências.*”

Emenda Modificativa nº 2. Modifica-se o caput do Artigo 1º do Projeto de Lei 634/2019, que passa a ter a seguinte redação:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa Estadual de Consumo entre empresas do Estado do Rio de Janeiro no âmbito na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico.”

[Confira a lista de projetos que tiveram vetos derrubados com apoio unânime de 57 parlamentares:](#)

- **Veto total - Projeto de lei 4.187/18**, do deputado Luiz Paulo (PSDB), que determina que as propostas de concessão ou ampliação de benefícios fiscais deverão conter metas anuais de desempenho, bem como critérios objetivos para avaliação anual da eficiência de cada um dos programas. Essas metas devem ter como base indicadores como o incremento da arrecadação, geração de empregos, sustentabilidade ambiental, investimento em modernização tecnológica e a competitividade em relação a outros estados. O projeto também permite o cancelamento de benefícios já em vigor caso as metas não sejam atingidas. Os incentivos revogados não poderão ser concedidos novamente por um prazo de quatro anos. A competência de monitorar e fiscalizar os incentivos fiscais será da Secretaria de Estado de Fazenda (Sefaz). Mantido os vetos aos artigos 11 e 12.

- **Veto total - Projeto de lei 2.838/17**, da deputada Zeidan Lula (PT), que obriga as empresas que oferecem descontos ou vantagens temporárias a informarem a data do término das promoções nas faturas enviadas aos consumidores. O fornecedor que descumprir a norma será multado em 100 UFIR-RJ, o equivalente a R\$ 342. O valor pode ser aumentado progressivamente em casos recorrentes de desobediência.

- **Veto total - Projeto de lei 303/15**, das deputadas Martha Rocha (PDT) e Lucinha (PSDB), que determina a consulta ao banco de dados de identificação civil e criminal pelo Departamento Estadual de Trânsito do Rio (Detran-RJ) antes da emissão ou renovação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Segundo o texto, o Detran deverá acionar, de imediato, qualquer órgão de segurança pública competente quando recair sobre o indivíduo anotação de pendência jurídico-criminal.

- **Veto total - Projeto de lei 2.576/13**, da ex-deputada Myrian Rios, que autoriza o Poder Executivo a instituir uma campanha anual de substituição de copos descartáveis no âmbito dos órgãos públicos estaduais.

- **Veto total - Projeto de lei 2.844/17**, da deputada Martha Rocha (PDT), que obriga as escolas públicas e privadas a realizarem pelos menos duas reuniões pedagógicas por semestre com os pais ou responsáveis dos alunos. Segundo o projeto, a ausência frequente de pais ou responsáveis por estudantes com baixa frequência, baixo desempenho ou problemas comportamentais nas reuniões deverá ser comunicada pela direção da escola ao Conselho Tutelar, para que o órgão apure o caso. A proposta também determina que as reuniões sejam realizadas no período noturno ou aos fins de semana e deverão ser convocadas por escrito, mediante comprovação de ciência pelos responsáveis.

- Veto total - Projeto de lei 3.480/17, do deputado Flávio Serafini (PSOL), que facilita o acesso aos prontuários médicos pelos pacientes. A proposta complementa a Lei 3.613/12, que dispõe sobre os direitos dos pacientes e usuários de serviços de saúde. Segundo o novo texto, o paciente poderá acessar ou receber cópia de seu prontuário médico a qualquer momento. Já o representante legal do paciente, por meio de requerimento escrito, tem o direito de solicitar e receber a cópia do documento.

PROJETOS DE LEI INCLUSO NA PAUTA DA ORDEM DO DIA

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DIA 02/07/19

HORA: 14H30

REQUERIMENTO S/Nº - 2019 - DEFERIDO

REQUER NA FORMA REGIMENTAL DO ARTIGO 127, URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 844/2019 (MENSAGEM DO GOVERNO Nº 17), ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 4.177/03, QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE **BENEFÍCIOS FISCAIS PARA O SETOR DE AGRONEGÓCIO** E DA AGRICULTURA FAMILIAR FLUMINENSE.

Autor: Deputado MÁRCIO PACHECO

REQUERIMENTO S/Nº - 2019 - DEFERIDO

REQUER NA FORMA REGIMENTAL DO ARTIGO 127, URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 845/2019 (MENSAGEM DO GOVERNO Nº 18), QUE INSTITUI **REGIME DIFERENCIADO DE TRIBUTAÇÃO PARA O SETOR DE JOALHERIA**, OURIVESARIA E BIJUTERIA.

Autor: Deputado MÁRCIO PACHECO

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

HORA: 14H40

REQUERIMENTO S/Nº/2019 - DEFERIDO

REQUER NA FORMA REGIMENTAL DO ARTIGO 127, URGÊNCIA NA TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº 846/2019 (MENSAGEM DO GOVERNO Nº 20), QUE ALTERA O ART. 18 DA LEI Nº 5.628/2009 PARA MODIFICAR A FORMA DE **GESTÃO DA CÂMARA DE COMPENSAÇÃO TARIFÁRIA** E REVOGA O § 3º DO ART. 5º DA LEI Nº 4.291/2004, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Deputado MÁRCIO PACHECO

REQUERIMENTO S/Nº - 2019 - aguardado deliberação da Mesa Diretora

REQUER URGÊNCIA DO PROJETO DE LEI Nº 2267/2016, QUE DISPÕE SOBRE A PUBLICIZAÇÃO DOS **CONTRIBUINTES INSCRITOS DA DÍVIDA ATIVA** DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

Autor: Deputada MARTHA ROCHA

EM 1ª DISCUSSÃO

PL nº 414/2019, de autoria dos deputados André Ceciliano, Carlos Minc, que “dispõe sobre a transparência acerca da dívida ativa do estado do Rio de Janeiro”.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

HORA: 14h50

EM CONTINUAÇÃO DA VOTAÇÃO DOS REQUERIMENTOS DE DESTAQUE

PL nº 365/2019, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 13/2019), que “Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei do orçamento anual de 2020 e dá outras providências”.

REGIME DE URGÊNCIA DISCUSSÃO ÚNICA

PL nº 370/2019, de autoria do deputado André Ceciliano, que dispõe sobre o parcelamento de débitos tributários por pessoas jurídicas em recuperação judicial e dá outras providências.

⇒ SINOPSE DIÁRIO OFICIAL - PARTE I:

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

AGORA É LEI:

Lei nº 8.423 de 27 de junho de 2019

Oriunda do PL 82/19

Autores: deputados Gustavo Tutuca, Marcelo Cabeleireiro e Max Lemos

Altera a Lei estadual nº 3.350, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre as custas judiciais e emolumentos dos serviços notariais e de registros no estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

LEI Nº 8421 DE 19 DE JUNHO DE 2019

Oriunda do Projeto de Lei 227/19

Autora: deputada Rosana Felix

Fica o poder executivo autorizado a implantar dispositivo eletrônico de segurança preventiva, conhecido como botão de pânico, nas unidades escolares da rede estadual de ensino.

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA

Resolução SEFAZ nº 49 de 26 de junho de 2019

Institui processo de transição para adequação às normas da legislação tributária, decorrente da cassação do tratamento tributário especial concedido à Petrobrás.

Resolução SEFAZ nº 50 de 26 de junho de 2019

Fixa os índices provisórios relativos a participação dos municípios no produto da arrecadação do ICMS para o exercício de 2020, e dá outras providências.

Resolução SEFAZ nº 51 de 27 de junho de 2019

Altera, excepcionalmente, prazos do regimento interno do Fundo Especial de Administração Fazendária - FAF.

SUBSECRETARIA DE ESTADO DE RECEITA

Portaria SSER nº 193 de 24 de junho de 2019

Acrescenta mercadorias ao Anexo Único da Portaria SSER nº 171/2018, que dispõe sobre a base de cálculo da substituição tributária do ICMS nas operações com cerveja, chope, refrigerantes, água mineral e bebida isotônica e energética.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Resolução PGE nº 4412 de 19 de junho de 2019

Cria núcleo para fins de acompanhamento e modelagem de parcerias públicas privadas e concessões junto as secretarias de governo do estado do Rio de Janeiro.

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Edital

Apresentação de projetos culturais para o plano estadual de fomento e incentivo à cultura (PEFIC) - Lei de Incentivo a Cultura

A SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA - SECEC, tendo em vista os termos da Lei Estadual nº 8.266 de 26 de dezembro de 2018, da Lei nº 7.035 de 07 de julho de 2015, do Decreto nº 46.538 de 27 de dezembro de 2018, da Resolução Conjunta SEELJE/SECEC nº 96 de 15 de abril de 2019 e da Resolução SECEC nº 036 de 17 de junho de 2019 e comunica que, no período de 02/07/2019 a 27/12/2019, até às 18 horas, estarão abertas as inscrições de projetos a serem executados a partir 20/08/2019 que estejam de acordo com os objetivos e definições previstos pelo artigo 6º da Resolução Conjunta SEELJE/SECEC nº 96 de 15 de abril de 2019. (Edital publicado no DO- de 28/06/19).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

(RESOLUÇÃO Nº 29/2019)

PARA INVESTIGAR O SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5ª reunião ordinária

Dia: 01/07/19

Hora: 11:00

Local: sala 311 do Palácio Tiradentes

REQUERIMENTO S/Nº/2019 - deferido

Autor: WELBERTH REZENDE

Dsarquivamento das Proposições abaixo relacionadas, todas de autoria do Deputado Comte Bittencourt.

PROJETOS DE LEI DESARQUIVADOS

224/2015 - crise hídrica - tratamento e reutilização dos efluentes industriais da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara

454/2015 - programa fluminense de incentivo a geração de energia a partir da biomassa - pró-biodigestores

2017/2016 - normas para cobrança dos serviços públicos de esgotamento

2018/2016 - política estadual de recursos hídricos para proteção da qualidade das águas

2902/2017 - Lei da Moda

3596/2017 - área de proteção ambiental - APA

3604/2017 - programa estadual de educação no trânsito nas escolas, a ser implantado nas unidades de ensino fundamental das redes públicas e privado.

Informe Legislativo Estadual – Diretoria Jurídica/GGJ. Publicação semanal da Gerencia Jurídica de Defesa de Interesse Coletivo (GJD). Equipe Técnica: Gerente: Flavia Ayd – Assistentes: Isaura Machado; Reinaldo Oliveira Ferreira Junior e Tatiane Abranche. Informações técnicas e obtenção de cópias das propostas apresentadas neste informe através dos telefones: (21) 2563.2515; fax (21) 2563.4419, ou por e-mail: Isaura@firjan.org.br. Av. Graça Aranha nº 1. Autorizada a reprodução desde que citada a fonte. As informações citadas nesse informe foram retiradas dos Diários Oficiais dos Poderes Executivo e Legislativo do Município do Rio de Janeiro.